



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Autor/edtor: Thomas Nail	Cód.:
TÍTULO: Theory of the Border	Data da ficha: 20 de Julho 2018
Editora: Oxford University Press	
Ano: 2016	
ISBN: 978-0190618650	
Páginas: 288	

1. Observações sobre o conteúdo:

1.1. Ficha de leitura (até 7000 ca)

Segundo Nail, apesar da variedade de fronteiras que existem hoje em dia, não há nenhuma teoria da fronteira que tenha tentado pensá-las a todas de forma sistemática, de modo a ser útil às várias disciplinas que estudam o conceito. Aquilo que todas as fronteiras têm em comum é participarem num processo de divisão social que produz uma bifurcação no real.

O primeiro argumento de Nail sobre a fronteira é que esta está sempre localizada no interstício, não fazendo parte dos estados que divide. Ela precede-os (porque a divisão social antecede a criação dos estados) e situa-se entre eles. Isto coloca um problema para quem estuda a fronteira porque esta não pode ser analisada meramente de uma perspetiva política, económica, geográfica e jurídica, visto que é também um fenómeno extra-territorial, apolítico e extra-judicial. A fronteira é não só aquilo que toca os estados mas também o terceiro espaço entre eles. A fronteira é um quase-espaço de “inclusão disjuntiva” (que os críticos têm descrito usando os termos “neither/nor” e “both/and”). Os estados aproximam-se deste limite mas nunca o atingem e, assim, este não pode ser esvaziado por qualquer discurso. A dimensão intersticial da fronteira não é algo negativo, denotando ausência ou carência. Pelo contrário, podemos ver a fronteira como um mecanismo de multiplicação por via da divisão (pág. 3) – quanto mais divide o espaço social mais o vai expandindo.

Nail diz que é importante distinguir entre dois tipos de divisão, extensiva e intensiva. A divisão extensiva corresponde a uma rutura absoluta que produz dois espaços quantitativamente distintos. A divisão intensiva produz uma bifurcação (um novo caminho sobre o caminho original) que altera todo o

sistema de uma forma qualitativa. Apesar de as fronteiras serem normalmente estudadas de um ponto de vista extensivo, as diferenças em questão são produto da divisão intensiva. As fronteiras aparecem quando há um processo contínuo que culmina numa bifurcação. Como resultado desta diferença qualitativa, a fronteira é experienciada por uns de forma contínua e por outros de forma descontínua. O processo de bifurcação não acaba com a criação da fronteira: esta tem de ser continuamente validada. A fronteira só aparece como carência ou descontinuidade da perspectiva binária dos grupos que são divididos.

O problema com a definição extensiva de fronteira é que esta pressupõe precisamente aquilo que pretende explicar. Se as fronteiras são produto de estados, então como é que os estados aparecem? Para uma sociedade existir, ela tem logo à partida de estar delimitada. Uma sociedade sem qualquer fronteira é aquilo a que chamamos “terra” ou “mundo” (pág. 4): uma superfície pré-social, sem divisões. Isto não quer dizer que todas as atividades sociais implicam fronteiras, visto que sempre existiram movimentos sociais e comunidades que conseguiram funcionar sem divisões. De facto, a continuidade de movimento é primária e as divisões são secundárias. A fronteira só é primária no contexto de certos modos de organização social – territoriais, estatísticas, jurídicos e económicos. Neste sentido, a teoria da fronteira aqui desenvolvida não é uma teoria universal mas uma teoria histórica.

Em segundo lugar, Nail diz-nos que a fronteira é móvel. O seu dinamismo não tem apenas que ver com o facto de através dela passarem pessoas e mercadorias. A fronteira não é apenas uma membrana estática. Escreve-se muito sobre movimentos através da fronteira (incluindo teorias sobre fluidez e fluxos sociais) mas pouco sobre o movimento da própria fronteira. O movimento da fronteira não é meramente metafórico. Em primeiro lugar, a fronteira move-se a si própria (por exemplo, graças ao movimento dos rios, transformações vulcânicas, destruição de ilhas, etc.). A fronteira é também movida por terceiros, no caso, por exemplo, de conflitos territoriais. Mas a fronteira é também movida de formas menos óbvias, por exemplo como resultado dos processos necessários à sua própria manutenção. Sem uma intervenção regular, as fronteiras caem no esquecimento. As fronteiras não são estáticas: elas reproduzem-se e são, acima de tudo, vividas por aqueles que afetam. A distinção entre fronteiras naturais e artificiais não faz sentido porque as fronteiras são sempre mantidas ou contestadas por sociedades humanas (um rio só funciona como fronteira se tiver impacto social).

Em terceiro lugar, a fronteira é um processo de circulação. O processo de seleção e inclusão que gera as fronteiras vai sofrendo alterações ao longo do tempo, de modo que qualquer pessoa pode ser expulsa a qualquer momento. O processo de circulação gerado pelas fronteiras não está sob o controlo de ninguém, nem mesmo do soberano (pág. 8). O seu poder para incluir e excluir é determinado por um vasto conjunto de fatores: a manutenção diária das tecnologias da fronteira, a sua aceitação social e os caprichos de quem a policia (se aceitam subornos ou não, por exemplo). As técnicas de manutenção da fronteira só têm o peso que a sociedade lhes dá. Na prática, as fronteiras nunca conseguem excluir ou incluir toda a gente. Tendo em conta estas limitações, a dicotomia inclusão/exclusão tem pouca utilidade teórica. A divisão imposta pela fronteira não produz um mero bloqueio – a fronteira redireciona (pág. 8). Mesmo se bloqueado pela fronteira, o movimento de circulação continua e

regressa à fronteira vezes sem conta. Pessoas que são expulsas tentam voltar a entrar, tanto por dentro (trabalhadores ilegais) como por fora (imigrantes ilegais). O corte da fronteira nunca corresponde a uma divisão lógica e binária, visto que os seus processos funcionam de forma parcial, irregular e contraditória. Deste modo, a fronteira não obedece a um princípio binário de exceção imposto pelo soberano (à la Carl Schmitt) mas vai multiplicando caminhos e movimentos.

Em quarto lugar, a fronteira não pode ser reduzida a questões de espaço. A fronteira não resulta da divisão do espaço; é a fronteira que produz esta divisão. O espaço social aparece quando o movimento de pessoas, animais, plantas, etc. é interrompido e se dobra (“loop back”) sobre si mesmo. Esta multiplicação de caminhos produz a vida social.

Segundo Nail, a recente torrente de escritos sobre a fronteira tem enriquecido a disciplina dos Border Studies mas ao mesmo tempo ofuscado o significado do conceito, visto que hoje em dia vemos fronteiras em toda a parte. Criar uma teoria demasiado vasta tem os seus problemas, visto que não podemos ignorar as complexidades que advêm de certas especificidades locais e históricas. Por outro lado, estudos demasiado específicos sobre fronteiras muitas vezes não têm implicações para lá do seu espaço de análise. Nail propõe uma alternativa a estes dois extremos. A sua teoria da fronteira não pretende explicar e prever todas as características das fronteiras empíricas. O que se pretende é descrever as condições e relações que levam à produção de fronteiras empíricas. O objetivo é analisar os conjuntos de relações comuns a todas as fronteiras, sem nunca perder de vista a dimensão empírica e contextual, visto que é daí que emergem os padrões abstratos. Não devemos negligenciar o estudo empírico das fronteiras, mas esse estudo tem muito a ganhar com uma teoria que nos permita fazer comparações transhistóricas e transdisciplinares.

1.2. Palavras-chave:

Fronteira; Terra Pré-Social; Movimento da Fronteira; Multiplicação e Divisão;

Para citar esta ficha de leitura:

João Paulo Guimarães (2018), ficha de leitura do livro: Nail, Thomas (2015), *Theory of the Border*. Oxford UP.